

De Comenius à Bourdieu: processos de marginalização e de exclusão de estudantes na escola como violência simbólica

Michele Batista dos Santos¹

Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2179-5335>

Estefano Vizconde Veraszto²

Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-4029-4803>

Resumo

Com o crescente número de matrículas de alunos público-alvo da educação especial, cada vez mais torna-se necessário pesquisas na área a fim de garantir a esses estudantes um ensino de qualidade. Porém diversas pesquisas na área apontam uma dificuldade das escolas para conseguir a inclusão efetiva desses alunos. Neste sentido, este trabalho buscou através de uma pesquisa bibliográfica no periódico gerenciado pela Capes explorar como a violência simbólica proposta por Pierre Bourdieu (2007) acontece com alunos com deficiência; e através disso identificar e analisar no levantamento bibliográfico os componentes da violência simbólica e os elementos que podem contribuir para o processo de inclusão nas escolas. Para análise de dados utilizou-se a Análise de Conteúdo de Bardin (1977) e chegou-se nas seguintes categorias: Artigos com o foco em políticas públicas e currículo (7 trabalhos), vivência de pessoas com deficiência nas escolas (8 artigos), artigos bibliográficos (5 artigos), e práticas inclusivas (3 artigos). Por fim, concluiu-se que os elementos que podem colaborar para a inclusão desses indivíduos, são: práticas realistas e condizentes com as especificidades de cada estudante, flexibilização do currículo, o auxílio de professores especializados, bem como o diálogo desses docentes com o professor de sala comum e o uso de novas metodologias. A falta de tais aspectos pode ocasionar no contrário: na exclusão dessas pessoas.

Palavras-chave: exclusão, violência simbólica, Pierre Bourdieu

Abstract

With the growing number of enrollments of students targeted for special education, research in the area is increasingly necessary in order to guarantee quality education to these students. However, several studies in the area point to difficulties faced by schools in achieving the effective inclusion of these students. In this sense, this work sought, through bibliographical research in the journal Capes, to explore how the symbolic violence proposed by Pierre Bourdieu (2007) happens to students with disabilities; and through this, identify and analyze in the bibliographic survey the components of symbolic violence and the elements that can contribute to the process of inclusion in schools. For data analysis, Bardin's Content Analysis (1977) was used and the following categories were arrived at: Articles focusing on public policies and curriculum (7 works), experiences of people with disabilities in schools (8 articles), bibliographic articles (5 articles), and inclusive practices (3 articles). Finally, it was concluded that the elements that can contribute to the inclusion of these individuals are: realistic practices consistent with the specificities of each student, flexibility of the curriculum, the assistance of specialized teachers, as well as the dialogue between these teachers and the teacher common room and the use of new methodologies. The lack of such aspects can lead to the opposite: the exclusion of these people.

Keywords: exclusion, symbolic violence, Pierre Bourdieu

Referência: SANTOS, Michele Batista dos; VERASZTO, Estefano Vizconde. De Comenius à Bourdieu: processos de marginalização e de exclusão de estudantes na escola como violência simbólica. *Revista Estudos Aplicados em Educação*, v. 10, e20259721, 2025. DOI <https://doi.org/10.13037/rae.vol10.e20259721>

¹ Licenciada em Química pela UFSCar, Mestra em Educação em Ciências e Matemática e doutoranda em Educação pela UNICAMP. UNICAMP. São Paulo – Brasil. E-mail: contatomichelebatista@gmail.com

² Físico e Doutor em Educação, Ciência e Tecnologia pela Universidade Estadual de Campinas. Professor Adjunto da Universidade Federal de São Carlos, no Departamento de Ciências da Natureza, Matemática. Docente no Programa de Pós-graduação em Educação e colaborador da Faculdade de Educação da Universidade Estadual de Campinas. UFSCar. São Paulo – Brasil E-mail: estefanovv@ufscar.br



1 Introdução

Este trabalho trata dos processos de marginalização e exclusão da sociedade de estudantes com deficiência como violência simbólica, assim como de estratégias que possam contribuir para tornar as escolas mais inclusivas.

De um lado, Mantoan (2003) coloca que as escolas têm dificuldades em lidar com as diferenças. Dessa forma, esse ambiente acaba adotando diversas medidas excludentes. A autora afirma que as instituições de ensino são quem devem se adaptar ao aluno e não o contrário. As escolas possuem um caráter tradicional e conservador bem como parte do seu corpo docente o que acaba por dificultar o processo de inclusão, pois o ensino tradicional é homogêneo e não leva em consideração o processo de aprendizagem e as especificidades de cada indivíduo. Mantoan (2003) aponta que esse pensamento é errôneo, pois a escola inclusiva se aproxima da realidade social dos estudantes, levando em consideração o coletivo, o contexto em que vive, e o auxilia a aprender a tomar decisões dentro da sociedade em que está inserido, que é ótimo para a aprendizagem dos estudantes. A autora aponta que um outro empecilho para a inclusão é o fato de que as escolas estão abarrotadas de burocracias que as fazem perder o olhar pedagógico e abraçar uma postura de gestão corporativa.

Ocorre que a escola se democratizou abrindo-se a novos grupos sociais, mas não aos novos conhecimentos. Exclui, então, os que ignoram o conhecimento que ela valoriza e, assim, entende que a democratização e massificação de ensino, e não cria a possibilidade de diálogo entre diferentes lugares epistemológicos, não se abre a novos conhecimentos que não couberam até então, dentro dela (Mantoan, 2003, p. 13).

A autora destaca que as instituições escolares estão cada vez mais preocupadas com as avaliações externas e isso acaba se tornando uma prioridade dentro do ambiente escolar. Dessa forma, as escolas estão cada vez mais marcadas pela evasão e pelo fracasso escolar, e grande parte dos estudantes acaba sofrendo com o insucesso, baixa autoestima e exclusão, o que acaba tornando esses estudantes marginalizados pela comunidade escolar. Esses alunos acabam ganhando rótulos de "incapazes" ou "pouco inteligentes" pelos pais, professores e comunidade, assim esses alunos sofrem com esse estigma, e que muitas vezes as escolas encaminham esses alunos para classes especiais sendo que eles não possuem deficiência alguma só por não se encaixarem no pressuposto da instituição.

Mantoan (2003) completa, ainda, que grande parte dos docentes não conseguem lidar com alunos considerados "problemas" porque eles não demonstram interesse, tem dificuldade de aprendizagem, e problemas de comportamento, sendo, portanto, estigmatizados e sofrendo durante toda a sua trajetória acadêmica com rótulos.

Por outro lado, desde a Idade Moderna que pensadores começaram a refletir sobre uma educação mais inclusiva. Dentre eles, destaca-se Comenius, precursor da educação moderna, principalmente, por conta do seu trabalho denominado *Didática Magna*³. Comenius iniciou uma discussão em torno de uma educação democrática, para todos e que não fosse excludente, uma educação para as minorias que visasse uma transformação

³ Além de Comenius, outros pensadores da Idade Moderna também contribuíram para reflexões sobre educação, como John Locke, Jean-Jacques Rousseau e Johann Heinrich Pestalozzi, cada um ampliando perspectivas sobre formação humana, experiência, liberdade, desenvolvimento e inclusão no contexto educacional.



social na vida de indivíduos que eram excluídos pela sociedade e que não se encaixavam no padrão. Comenius entendia que o conhecimento científico podia salvar a alma do indivíduo, por isso ele se dedicou a levar o conhecimento para todos os indivíduos (Cândido; Vasconcelos; Pinto, 2022).

Suas ideias acabaram por culminar em uma estrutura escolar, as séries, semestres letivos e currículo. Comenius se pautava em uma educação democrática e inclusiva, ele acreditava que a educação tinha um poder transformador capaz de harmonizar e tornar a sociedade mais consciente e crítica para um bem maior e espiritual. Assim a marginalização da educação de alguns indivíduos provocaria uma “desarmonia social” e impede que esses sujeitos libertem a sua alma sendo corrompidos. Comenius tinha um objetivo espiritual por trás de sua democratização de educação, mas suas ideias ajudaram a estabelecer os princípios de uma educação inclusiva e de políticas públicas para garantir educação para todos sem distinções, uma educação que vise a diversidade (Cândido; Vasconcelos; Pinto, 2022).

A educação inclusiva se refere a uma educação para todos, sem preconceitos e discriminação. A educação inclusiva se refere a todos os estudantes. É uma educação que celebra a diversidade, e que é contra a homogeneização. Um ambiente escolar inclusivo é um ambiente diverso, com as mais variadas pessoas. A escola inclusiva é uma escola que pensa em todos os seus indivíduos sem discriminá-los e sem marginalizá-los, é uma instituição que abrange os seus estudantes e pensa em metodologias que vão garantir a aprendizagem e o ensino efetivo para todos os alunos.

Assim, Sassaki (1999) enfatiza que as escolas precisam respeitar as diferenças e trabalhar de maneira que celebre a diversidade. Camargo (2012) diz que integrar e incluir são completamente diferentes. E o que acontece com a maioria das escolas é uma integração, pois as escolas são diversas. Entretanto, não são inclusivas, pois quando se trata de inclusão falamos de uma integração muito mais complexa e aprofundada. Uma maneira de saber se está acontecendo inclusão em um ambiente escolar, segundo o autor, é através da participação efetiva dos estudantes dentro das atividades e das aulas da instituição. Rodrigues (2003) aponta que todos os alunos deveriam ser agentes ativos na sua comunidade escolar.

Porém, a sociedade brasileira cria e discrimina pessoas com deficiência (Carmo, 1994). Em face dessa problemática, este trabalho apresenta como questão de pesquisa:

Quais são os componentes dos processos de marginalização e exclusão de estudantes com “deficiência” que compõem um quadro de violência simbólica, assim como as estratégias que podem contribuir para tornar as escolas mais inclusivas?

A marginalização e exclusão tem envolvido pessoas com deficiência. Esses indivíduos sofreram durante milhares de anos no decorrer da história para enfim alcançar direitos que lhe garantisse acesso a escolas de ensino regular. Dados de uma pesquisa realizada pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística) publicado em 2021 aponta que 67,6% dos indivíduos com deficiência não concluíram o ensino fundamental, e 10,8% terminaram o fundamental, mas não o ensino médio, em contrapartida 16,6% concluíram o ensino médio, número que o instituto considera alto. Ainda de acordo com o IBGE, indivíduos com deficiência intelectual são os mais prejudicados na escolarização.

Cabe ressaltar que foi somente no final do século XX que as políticas públicas começaram a sancionar leis para garantir a matrícula e a devida inclusão de estudantes com deficiência nas escolas públicas. No entanto, este movimento não foi isolado, mas precedido com a Declaração de Salamanca, Declaração de Jomtien e Declaração



Internacional de Direitos Humanos⁴s. Esses movimentos tiveram grande impacto na legislação brasileira que começou a criar diversas políticas públicas para que pessoas com deficiência fossem incluídas na sociedade, em especial nas escolas públicas. Sendo assim, aos poucos as escolas foram recebendo matrículas de estudantes com deficiência, até que esse número de matrículas segundo o MEC (Ministério da Educação) atingiu em 2014, 698 mil alunos com deficiência (Santos, 2021). São números significativos, entretanto se comparados com os dados do IBGE, eles apontam que mais da metade desses estudantes não concluem o ensino fundamental. Neste itinerário, as pesquisas na área da educação especial (Mantoan, 2003; Camargo, 2012) também apontam que na verdade estes estudantes estão apenas sendo inseridos, mas não estão sendo incluídos.

Portanto, com base no contexto apresentado, pretende-se neste trabalho fazer uma análise dos processos de marginalização e exclusão de estudantes com “deficiência” nas escolas como violência simbólica (Bourdieu, 1989).

Pierre Bourdieu (1989), sociólogo francês apresenta o conceito de violência simbólica que é uma violência sutil, que passa despercebida entre as pessoas. É uma forma de violência que visa com que a classe dominante permaneça no controle. Um exemplo disso encontra-se na educação, o sucesso de uma escola está atrelado com a origem social dos estudantes bem como o seu desenvolvimento cultural e econômico, e o fato de uma instituição escolar ter estudantes que são predominantemente de minorias acabam sofrendo dessa violência. O contexto escolar reforça a predominância das classes sociais dominantes sobre as classes dominadas. Para Bourdieu (1989) esse conceito de violência na educação explica as dificuldades que estudantes mais pobres têm para permanecer na escola, ou ter acesso a cultura e educação, o que implica diretamente no seu desempenho escolar. Essa violência é percebida na educação inclusiva, estudantes com deficiência, mulheres, pretos e pardos sofrem com a marginalização e a exclusão e consequentemente uma violência contra esses indivíduos (Silva; Oliveira, 2017). A violência simbólica não utiliza força mas está enraizada na cultura fazendo com que os sujeitos reproduzam crenças que reforçam estereótipos e os papéis que cada indivíduo deve ocupar na sociedade garantindo que os dominantes continuem no poder e os dominados continuem sendo subjugados.

Na escola é importante reconhecer a identidade e a diversidade para a elaboração de metodologias e materiais que trabalhem a individualidade dos sujeitos (Camargo, 2017).

Neste contexto, entre outras questões que gostaríamos de ver respondidas questiona-se: como a violência simbólica se desenvolve com alunos que apresentam algum tipo de deficiência nas escolas? Como podemos contornar essa problemática tornando a escola de fato inclusiva? Essas questões também nortearam a pesquisa.

Como objetivo geral, este trabalho busca analisar os processos de exclusão e marginalização de estudantes com deficiência em escolas públicas como violência simbólica, assim como estratégias que possam contribuir para tornar as escolas mais inclusivas. Como objetivos específicos se propõe:

- a) Realizar um levantamento bibliográfico a fim de explorar como a violência simbólica acontece com alunos com deficiência;
- b) Identificar e analisar no levantamento bibliográfico os componentes da violência simbólica e os elementos que podem contribuir para o processo de inclusão nas escolas.

⁴ A Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), a Declaração de Jomtien (1990) e a Declaração de Salamanca (1994) influenciaram diretamente a legislação brasileira ao reforçar princípios de acesso, igualdade e inclusão, contribuindo para a LDB/1996 e políticas posteriores.



A seguir o quadro conceitual deste trabalho é apresentado.

2 Referencial teórico

Mittler (2003) fala que a escola é reflexo da sociedade. Se a sociedade é preconceituosa, apresenta problemas para aceitar as diferenças, a escola acaba tendo as mesmas dificuldades. O autor diz que infelizmente as escolas aceitam a exclusão e a normalizam.

A inclusão não diz respeito a colocar as crianças nas escolas regulares, mas a mudar as escolas para torná-las mais responsivas às necessidades de todas as crianças; diz respeito a ajudar todos os professores a aceitarem a responsabilidade quanto à aprendizagem de todas as crianças nas suas escolas e prepará-las para ensinar aquelas crianças que estão atual e correntemente excluídas das escolas por qualquer razão (Mittler, 2003, p. 16).

De acordo Silva e Oliveira (2017) violência simbólica é uma forma de imposição que se ampara em determinada prescrição sendo ela econômica, social ou simbólica. Baseia-se na criação de crenças durante o processo de socialização, o que leva os sujeitos a se posicionarem no espaço social de acordo com os padrões da classe dominante. A violência simbólica se manifesta por meio de símbolos, discursos e práticas que reforçam relações assimétricas e hegemônicas, desqualificação, preconceito e violência de todas as ordens. Permeia toda a cultura e permite outros tipos de violência.

O termo "violência simbólica" segundo os autores, é descrito como a formação de relações de poder entre indivíduos ou instituições que possuem o poder que se tornam instrumentos para ajudar a garantir a dominação de uma classe sobre outra.

Jubé, Cavalcanti e Castro (2016) apontam que a ação pedagógica pode influenciar na reprodução da violência simbólica, pois os pais estão cada vez mais se distanciando da educação de seus filhos atribuindo à escola essa responsabilidade, dessa forma as instituições de ensino muitas vezes cometem violência simbólica quando impõe comportamentos e valores que reforçam o seu caráter dominante. Assim, a violência simbólica pode causar prejuízos para os estudantes tanto em relação aos conteúdos quanto em relação ao social. Em relação ao conteúdo, a escola pode excluir estudantes que possuem dificuldade de aprendizagem e que não conseguem atingir aquilo que a escola se propõe a fazer, dessa forma esses alunos se tornam marginalizados e excluídos, isso de certa forma acontece com estudantes com deficiência, pois muitas vezes as instituições de ensino bem como os seus professores não conseguem lidar com estes alunos e assim auxiliá-lo no seu processo de aprendizagem. Já em relação ao quesito social a escola pode acabar prejudicando esses estudantes, pois lhe confere o rótulo de preguiçoso e incapaz, culpabilizando o aluno pelo fracasso escolar, e perpetuando as desigualdades sociais e reproduzindo a violência simbólica. Para Bourdieu (2007), a violência simbólica é uma forma de exercer o poder simbólico. O poder simbólico é um poder invisível que só pode ser exercido pelas relações entre os sujeitos que não sabem que estão sendo dominados e os indivíduos que dominam. Ela é produzida e reproduzida nas relações sociais por meio de práticas, discursos e símbolos que reforçam a dominação de uma classe sobre a outra. A violência simbólica é, assim, uma das formas de poder exercido por meio de símbolos, discursos e práticas que reforçam relações de poder.

Bourdieu (2017) aponta alguns conceitos importantes que se relacionam com o poder simbólico, tais como o: o Campo, que se caracteriza como o espaço onde as relações



sociais acontecem, onde a manutenção do poder ocorre, existem diversos campos onde ocorrem diversas atividades sociais. Dentro desse campo, os agentes sociais buscam o capital simbólico que é o prestígio, a reputação do indivíduo, o conhecimento e o reconhecimento que o sujeito possui dentro de um campo, esse capital simbólico pode ser convertido em outras formas de poder como o capital econômico. Professores muitas vezes são detentores de capital simbólico, pois possuem autoridade e papel de destaque dentro do ambiente escolar. Se esses profissionais não forem capazes de lidar com estudantes com deficiência, podem acabar reproduzindo ainda mais a marginalização e a exclusão desses indivíduos. Bourdieu (2007) argumenta que o poder simbólico é na maioria das vezes feito de maneira sutil, por meio dos sistemas dominantes para a manutenção das desigualdades sociais, e que grande parte dos indivíduos acaba não questionando esse sistema e o perpetuando. O poder simbólico está atrelado a construção de normas e valores o que acaba impondo à sociedade aquilo que é considerado normal e o que não é normal. Nesse sentido, estudantes com deficiência acabam sendo excluídos e marginalizados, pois acabam sendo enquadrados em não normais, pois em sua maioria acabam não atingindo as habilidades físicas e intelectuais dos padrões das classes dominantes.

O poder simbólico opera através da violência simbólica, dessa forma toda essa exclusão dos estudantes com deficiência, pode dificultar a inclusão desses estudantes e suas relações sociais dentro das escolas. Outro aspecto que tem influência do poder simbólico é a avaliação utilizada pelos professores em sala de aula, que muitas vezes são tradicionais e favorecem apenas alunos sem deficiência. Uma avaliação que é excludente que pode reforçar o rótulo de que estes estudantes são incapazes, o que resulta em menos expectativa de sucesso na trajetória acadêmica desses alunos e consequentemente na marginalização escolar. Outro aspecto que o poder simbólico influencia é o currículo, um currículo que não leva em consideração as diversidades e as diversas formas de aprender, e que não leva em conta os estudantes com deficiência, acarreta ainda mais nas desigualdades e reforça a ideia de que a escola não é o lugar para indivíduos com deficiência (Bourdieu, 2007; Silva; Oliveira, 2017).

Silva e Oliveira (2017) apontam que para combater a violência simbólica é necessário reconhecer o nosso papel na sociedade e reconhecer quem são os agentes passivos e dominantes dentro da sociedade em que estamos inseridos. É importante analisar discursos e símbolos e assim não ser facilmente manipulado. É necessário também promover a inclusão e discussões sobre preconceitos e assim combatê-los, bem como conhecer e aprofundar os conhecimentos acerca de violência simbólica para ajudar na luta contra ela.

3 Metodologia

Para a efetivação dos objetivos deste trabalho foi utilizada uma abordagem de pesquisa qualitativa exploratória. A pesquisa qualitativa se preocupa com as relações sociais e estuda as dinâmicas que ocorrem na sociedade, nessa pesquisa não existe a preocupação de quantificar, mas sim de analisar com base em teorias e conceitos os fatos investigados. O estudo exploratório implica em uma pesquisa que visa estudar um campo ainda pouco explorado. Conhecer uma área ainda pouco conhecida e assim levantar dados sobre esse campo. Nessa pesquisa também foi realizado um levantamento bibliográfico, uma pesquisa bibliográfica tem como objeto de estudo a literatura e possui como objetivo explorar o campo acadêmico de uma determinada área a fim de se descobrir dados (Minayo, 2002; Gil, 2008).



A coleta de dados aconteceu por meio do periódico gerenciado pela Capes (Coordenação de Aperfeiçoamento de pessoal de nível superior), um dos mais importantes bancos de dados de pesquisas do país. As palavras chaves utilizadas foram: exclusão, deficiência e escola, essas palavras foram escolhidas a fim de concluir os objetivos desta pesquisa. Foram aplicados filtros tais como: ano, idioma, pesquisas realizadas em todo o país, trabalhos dentro da área da educação e educação especial para refinar os dados. Apenas trabalhos publicados nos anos de 2020 a 2023 foram aceitos, pois o intuito era analisar os trabalhos publicados nos últimos três anos e assim efetivar os objetivos dessa pesquisa. Também foram aceitos apenas trabalhos publicados em português. Ao todo 23 pesquisas foram encontradas, sendo que duas são dissertações de mestrado e as demais artigos. Posteriormente foi realizada uma leitura na íntegra de cada um desses estudos, abaixo se encontra um quadro com os principais dados das pesquisas encontradas neste levantamento.

Quadro 1. Pesquisas encontradas no levantamento bibliográfico

AUTORES	TÍTULO
Cláudia Rosana Kranz e Herculano Ricardo Campos, (2020)	Educação especial, psicologia e políticas públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas
Paula Mrus Maria (2020)	Políticas educacionais de atenção aos estudantes com deficiências e necessidades educacionais específicas: um estudo a partir de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Sul
Márcia Marin e Patrícia Braun (2020)	Currículo e diferenciação pedagógica - uma prática de exclusão?
Stela Marques e Luciene Cangussu (2020)	Um estudo de caso de alunas com deficiência neuromotora: uma análise de sua vivência escolar em uma instituição de ensino regular na ótica de seus professores
Marcelo Moreira Antunes (2020)	O esporte adaptado na escola: reflexões a partir da produção acadêmica nacional
Annie Gomes Redig (2020)	A exclusão e seus desdobramentos oriundo de uma pandemia: reflexões a partir do movimento por uma escola inclusiva para estudantes com deficiência
Taísa Caldas Dantas (2020)	Estímulos geradores da raiva em estudantes com deficiência intelectual sob a perspectiva da Educação Emocional
Marlene Barbosa de Freitas Reis, Carla Salomé Margarida de Souza, Lilian Cristina dos Santos (2020)	Tecnologia assistiva em dispositivos móveis: aplicativos baseados no TEACCH como auxílio no processo de alfabetização com crianças autistas
Gabriela Sehnem Heck (2021)	Popularização da ciência e inclusão de surdos: um estudo sobre espaços museais acessíveis
Cristina Miyuki Hashizume (2021)	MEC-Brasil, decreto 10.502. Política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, de 30 de setembro de 2020. Brasília: MEC, 2020
Taísa Caldas Dantas (2021)	Apontamentos sobre a tristeza em estudantes com deficiência intelectual a partir dos princípios da educação emocional

AUTORES	TÍTULO
Fernanda Matrigani Mercado Gutierrez de Queiroz e Márcia Helena da Silva Melo (2021)	Atuação dos professores de Atendimento Educacional Especializado junto aos estudantes com deficiência durante a pandemia do COVID-19
Sandra Cristina Moraes Souza e Carmem Lúcia Vidal Perez (2021)	Diversidade e diferença: representações sociais no espaço educacional
Rafael Ernesto Arruda Santos, Adriana Ferreira Leal e Nassim Chamel Elias (2021)	A produção da Análise do Comportamento sobre Surdez/Deficiência Auditiva em periódicos internacionais no período de 1968 a 2018
Mara Dantas Pereira e Joilson Pereira da Silva (2022)	Psicóloga(o) Escolar na Educação Inclusiva: Contribuições e Perspectivas da Profissão no Brasil
Kamila Lockmann e Rejane Ramos Klein (2022)	Processos de in/exclusão de alunos com deficiência em tempos de síndrome covídica
Mônica Tessaro, Maria Teresa Ceron Trevisol e Tania Mara Zancanaro Pieczkowski (2022)	Bullying envolvendo alunos com deficiência: análise a partir de uma revisão de literatura
Fernanda Ferreyro Monticelli (2022)	Práticas educacionais realizadas no Pavilhão Escola Bourneville: um estudo por meio da Sociologia das Ausências em relação ao autismo
Jáima Pinheiro de Oliveira e Neusa Terezinha Rocha dos Santos (2022)	Indicadores sobre alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual matriculadas na escola regular
Lorrana Oliveira Nunes e Ana Cláudia da Silva Rodrigues (2022)	Nova Política Nacional de Educação Especial: nos ditames da inclusão ou nos estigmas da exclusão?
Kamila Lockmann e Rejane Klein (2022)	Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum
Eduardo Adão Ribeiro e Washington Cesar Shoití Nozu (2022)	Educação Especial do/no Campo: ofensivas neoliberais e processos de in/exclusão escolar
Valdete Teles Xavier Soares e Michell Pedruzzi Mendes Araújo (2023)	Inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual causada por síndrome rara: uma revisão bibliográfica sistemática

Fonte: Elaborado pela autora.

Para a análise dos resultados foi utilizado a Análise de Conteúdo proposta por Laurence Bardin em 1977. Tal abordagem é amplamente utilizada em pesquisas qualitativas.

O principal objetivo desse tipo de metodologia é analisar o conteúdo de materiais textuais e assim identificar os significados e construir categorias, é uma análise que oportuniza aos seus pesquisadores uma leitura mais complexa e sistemática de dados.

Análise de conteúdo possui os seguintes passos segundo Bardin (1977):

- Pré-análise: Na etapa inicial é definido o objetivo do trabalho e selecionado o material textual a ser analisado e assim são definidas as primeiras unidades que posteriormente vão se tornar unidades de análise.



- Exploração do material: É o momento em que o pesquisador lê e explora os seus dados a fim de conhecer ainda mais o conteúdo e conseguir identificar problemas chaves e assuntos que podem ser importantes para a análise.
- Codificação: Nessa fase, são criadas categorias e os dados são codificados, nesse processo ocorre a identificação de palavras chaves, e conteúdos semelhantes que podem se enquadrar em cada categoria.
- Categorização e classificação: Têm-se as categorias com base nas semelhanças temáticas ou conteúdos similares.
- Interpretação: A partir das categorias o pesquisador analisa e procura interpretar padrões e compreender os seus dados.

Em suma, com base na Análise de Conteúdo proposta por Bardin (1997) chegou-se nos resultados apresentados no próximo tópico.

4 Resultados e discussões

Através da Análise de Conteúdo (BARDIN, 1977) chegou-se nas seguintes categorias: Artigos com o foco em políticas públicas e currículo (7 trabalhos), vivência de pessoas com deficiência nas escolas (8 artigos), artigos bibliográficos (5 artigos), e práticas inclusivas (3 artigos). Cada uma dessas categorias foi criada principalmente com base no foco temático dos trabalhos levantados. Abaixo cada uma dessas categorias é discutida.

Artigos com o foco em políticas públicas

O primeiro artigo que engloba essa categoria é denominado: “Educação especial, psicologia e políticas públicas: o diagnóstico e as práticas pedagógicas” contém informações sobre políticas públicas, porém voltado à área da psicologia. Os autores destacam que existem legislações específicas para a educação especial principalmente para diagnóstico relacionado à deficiência. Cita o documento Política Nacional de Educação Especial na perspectiva Inclusiva, porém não se aprofunda nos detalhes sobre quais são essas políticas e legislações.

O artigo também menciona o papel da psicologia na elaboração de diagnósticos e laudos relacionados à deficiência, e como ela influencia as práticas pedagógicas elaboradas para o estudante. Além disso, aborda a importância desses profissionais no acompanhamento escolar para auxiliar os professores e alunos para construir uma escola mais inclusiva, e capaz de aceitar as diferenças, propor atividades que de fato contribuem para a aprendizagem dos estudantes e assim não culpabilizar o aluno e torná-lo um fracasso escolar.

O trabalho também menciona alguns desafios enfrentados por profissionais da área da educação especial tais como a organização que na maioria das vezes dificultam a inclusão. Aponta que a prática do psicólogo escolar necessita ser coerente com a diretriz clínica e que é preciso uma transformação dos processos de insucesso escolar dos estudantes com deficiência intelectual. Nesse sentido, apresenta o caso de um aluno com deficiência intelectual e mostra a importância de práticas pedagógicas e concepções que embasam a educação especial.

O segundo trabalho é uma dissertação intitulada “Políticas educacionais de atenção aos estudantes com deficiências e necessidades educacionais específicas: um estudo a partir de um Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande

do Sul” que aborda como tema central as políticas de atendimento para estudantes com educação especial no contexto de uma escola de uma Universidade pública. Na pesquisa, a autora viu quais eram as políticas de atendimento utilizadas no campus para os alunos com deficiência e concluiu que a educação inclusiva ainda é algo que precisa ser discutido. Que as políticas se distanciam da realidade desses alunos e que é necessário elaborar práticas pedagógicas principalmente em sala de aula.

O terceiro trabalho englobado nessa categoria é: “Currículo e diferenciação pedagógica - uma prática de exclusão?” Neste trabalho as autoras abordam a importância de estratégias curriculares que possam atender as necessidades individuais dos alunos em especial aqueles com deficiência intelectual e autismo. Elas destacam que a inclusão escolar pode ser contemplada através de estratégias curriculares. Além disso, abordam a importância do planejamento curricular para que ocorra a acessibilidade e flexibilização do currículo, ou seja, pensar em estratégias diferenciadas para estudantes com deficiência. Destaca a diferenciação pedagógica que pode ser aplicada em políticas e programas educacionais. Assim é possível promover a inclusão escolar através de estratégias curriculares que possam atender as necessidades específicas e individuais dos alunos com deficiência.

O quarto trabalho que se chama: “MEC-Brasil, decreto 10.502. Política nacional de educação especial: equitativa, inclusiva e com aprendizado ao longo da vida, de 30 de setembro de 2020. Brasília: MEC, 2020” é uma resenha do Decreto 10.502 que aborda a equidade e inclusão. As principais diretrizes apresentadas neste decreto enfatizam a necessidade de se garantir acesso à educação de qualidade para todos os indivíduos. Além de que é importante promover a formação de professores e profissionais da educação para atender o público da educação especial. O documento também aponta a importância de se garantir a participação das famílias e da comunidade para se ter uma educação inclusiva.

O quinto trabalho denominado: “Indicadores sobre alfabetização e letramento de crianças com deficiência intelectual matriculadas na escola regular” este artigo, teve como objetivo identificar e sistematizar indicadores que se atrelam às práticas que podem favorecer os processos de letramento de alunos com deficiência intelectual. Os principais indicadores encontrados foram: adaptações, flexibilizações e diferenciações curriculares, colaboração de professores de apoio com os docentes da sala comum, e mediação do professor como ação fundamental para a aprendizagem dos estudantes.

O sexto artigo: “Nova Política Nacional de Educação Especial: nos ditames da inclusão ou nos estigmas da exclusão?” analisa as estratégias da Política Nacional de Educação Especial (PNEE) instituída pelo polêmico Decreto nº 10.502/2020. Neste artigo se concluiu que a proposta de se criar escolas e classes especializadas sem a participação de pessoas com deficiência na elaboração desse documento é inadmissível. O último trabalho aqui colocado: “Políticas de Educação Inclusiva: fragilização do direito à inclusão das pessoas com deficiência na escola comum” analisa as políticas de educação inclusiva com a finalidade de problematizar os discursos sobre inclusão.

As políticas públicas para a educação especial surgiram no século XX. Santos (2021) aponta em sua dissertação os principais marcos legais que aconteceram na educação para garantir o direito à uma educação de qualidade para pessoas com deficiência. Entretanto, a maioria dos trabalhos aqui categorizados e analisados apontam uma imensa dificuldade para se ver na prática e na realidade ações que garantam de fato a inclusão dos estudantes da educação especial. Bourdieu (2007) aponta que a violência simbólica é reproduzida e tem como objetivo manter as desigualdades sociais. É



necessário repensar as práticas de ensino, e investir na formação de professores para enfim garantir uma educação inclusiva.

Vivência de pessoas com deficiência nas escolas

O primeiro artigo englobado nessa categoria se denomina: “Um estudo de caso de alunas com deficiência neuromotora: uma análise de sua vivência escolar em uma instituição de ensino regular na ótica de seus professores” apresenta a vida escolar de duas estudantes com deficiência neuromotora, porém pela ótica de profissionais da educação que as acompanham diariamente em uma escola pública. Concluiu-se neste estudo que os profissionais possuem certa insegurança em trabalhar com indivíduos com deficiência e percebeu-se uma exclusão dessas alunas no ambiente escolar.

O segundo trabalho denominado: “A exclusão e seus desdobramentos oriundo de uma pandemia: reflexões a partir do movimento por uma escola inclusiva para estudantes com deficiência” discute a inclusão durante a pandemia do COVID-19. Neste artigo ouvi-se o relato de alunos com autismo e como eles lidaram com o isolamento e o ensino a distância durante o isolamento. Por fim, constatou-se que a falta de recursos pedagógicos e a dificuldade de inclusão no período da pandemia, que a situação só agravou a exclusão desses estudantes.

O terceiro artigo: “Estímulos geradores da raiva em estudantes com deficiência intelectual sob a perspectiva da Educação Emocional” abordou os principais estímulos geradores da emoção da raiva em alunos com deficiência intelectual, como a exclusão e a vivência cercada de preconceitos no âmbito escolar afeta as emoções desses indivíduos.

O quarto trabalho: “Apontamentos sobre a tristeza em estudantes com deficiência intelectual a partir dos princípios da educação emocional” também aborda as emoções de alunos com deficiência, em especial a tristeza causada pela exclusão e marginalização escolar de alunos com deficiência intelectual.

O quinto artigo: “Atuação dos professores de Atendimento Educacional Especializado junto aos estudantes com deficiência durante a pandemia do COVID-19” mostra a dificuldade desses docentes para atender seus estudantes com deficiência durante a pandemia. O artigo aponta a exclusão escancarada desses indivíduos.

O sexto trabalho: “Processos de in/exclusão de alunos com deficiência em tempos de sindemia covídica” também analisa os processos de exclusão de alunos com deficiência durante a pandemia.

O sétimo artigo: “Bullying envolvendo alunos com deficiência: análise a partir de uma revisão de literatura” aborda um tema importante durante a vivência de pessoas com deficiência dentro das escolas: o bullying. E de como é preciso pesquisas que abordem o tema na área para saber lidar com a exclusão e o preconceito desses estudantes.

O oitavo artigo: “Educação Especial do/no Campo: ofensivas neoliberais e processos de in/exclusão escolar” aborda a exclusão de alunos da educação especial, porém no contexto da educação do campo, de jovens com deficiência que vivem em áreas rurais.

Em suma, os trabalhos que abordam a vivências de pessoas com deficiência dentro do ambiente escolar apontam que grande parte desses alunos sofrem com a exclusão, o bullying e o preconceito. Apesar de não ter trabalhado especificamente com a temática de educação inclusiva Bourdieu (2007) aponta que existem relações de poder dentro da sociedade e que essas relações de dominação auxiliam na exclusão e marginalização da classe dominada, justamente pela falta de flexibilização do currículo e as relações existentes entre os professores e alunos contribuindo então para a violência simbólica.



Mantoan (2003) discorre sobre a exclusão de pessoas com deficiência apontando o quanto esses indivíduos são esquecidos dentro das salas de aula, e culpabilizados pelo seu fracasso escolar e sem expectativa para uma vida acadêmica. Dessa forma, é necessário repensar nosso papel e as relações existentes no ambiente escolar que estamos inseridos, refletir e modificar nossas ações para garantir uma sociedade mais inclusiva (BOURDIEU, 2007).

Artigos bibliográficos

Nessa categoria procurou-se discutir as pesquisas bibliográficas encontradas no levantamento.

O primeiro artigo: “A produção da Análise do Comportamento sobre Surdez/Deficiência Auditiva em periódicos internacionais no período de 1968 a 2018” teve como objetivo analisar publicações sobre surdez de periódicos. O segundo artigo: “Psicóloga(o) Escolar na Educação Inclusiva: Contribuições e Perspectivas da Profissão no Brasil” traz um levantamento sobre a importância desse profissional nas escolas para auxiliar no processo de inclusão. O terceiro trabalho: “Inclusão escolar de pessoas com deficiência intelectual causada por síndrome rara: uma revisão bibliográfica sistemática” também aponta a necessidade de práticas inclusivas. O quarto artigo: “O esporte adaptado na escola: reflexões a partir da produção acadêmica nacional” mostra que existem poucas práticas pedagógicas voltadas para o esporte. O quinto artigo: “Diversidade e diferença: representações sociais no espaço educacional” também reforça a necessidade de pesquisas dentro da área.

De acordo com essa categoria, as pesquisas voltadas para estudantes com deficiência ainda é uma área que necessita ser explorada. É preciso compreender que dentro da educação especial existem diversas especificidades, deficiências específicas e determinadas modalidades de ensino, tais como: ensino infantil, fundamental I, fundamental II, ensino médio, educação de jovens e adultos e ensino superior. Portanto, é uma área que necessita de exploração por parte dos pesquisadores para compreender ainda mais as necessidades específicas de cada tipo de deficiência. Bourdieu (2007) aborda a necessidade de se conhecer as relações em que estamos inseridos, realizar uma leitura profunda e assim refletir sobre o nosso papel dentro da sociedade. Conhecendo mais da educação especial, é possível se cobrar mais das autoridades responsáveis e assim contribuir para uma melhora na formação dos professores e profissionais da educação, no ambiente escolar e contribuir para uma inclusão de fato efetiva trabalhando assim contra a violência simbólica.

Práticas inclusivas

O primeiro artigo: “Tecnologia assistiva em dispositivos móveis: aplicativos baseados no TEACCH como auxílio no processo de alfabetização com crianças autistas” mostra a importância de tecnologias assistivas e o seu desempenho para auxiliar estudantes com deficiência em seu processo de aprendizagem, em especial alunos com autismo.

O segundo trabalho é uma dissertação: “Popularização da ciência e inclusão de surdos: um estudo sobre espaços musicais acessíveis” mostra como museus e centros de ciências ajudam no processo de inclusão de estudantes surdos, mostrando a eficácia de espaços não formais para uma educação mais inclusiva.



E o último trabalho que engloba essa categoria se chama: “Práticas educacionais realizadas no Pavilhão Escola Bourneville: um estudo por meio da Sociologia das Ausências em relação ao autismo” não traz uma prática pedagógica, porém analisa como foram se constituindo as práticas educativas e pedagógicas de exclusão escolar.

Existem diversas metodologias e práticas pedagógicas que podem ser utilizadas com estudantes deficientes, porém é necessário conhecer o aluno, sua deficiência, suas facilidades e limitações para então refletir e estudar sobre a melhor abordagem de conteúdo. Para isso é importante pesquisas na área. É importante trabalhos que possam contribuir para essa área de maneira mais prática trazendo novas tecnologias assistivas, materiais, e estratégias de ensino para estes indivíduos. Nesse sentido, essa categoria acaba sendo a categoria com menos trabalhos encontrados, é necessária uma formação inicial e continuada sobre inclusão para que se tenha o aprimoramento e diversas propostas pedagógicas que possam auxiliar os estudantes durante a sua trajetória escolar. Os ajudando assim a não sofrer marginalização e exclusão dentro das escolas, para que esses alunos se sintam incluídos e de fato cidadãos que podem contribuir com uma sociedade mais justa.

5 Considerações finais

Esta pesquisa conseguiu efetivar os seus objetivos que era realizar um levantamento bibliográfico e identificar e analisar os componentes da violência simbólica e os elementos que podem contribuir para o processo de inclusão nas escolas. Os elementos que contribuem para a violência simbólica são a falta de práticas pedagógicas que condizem com a realidade dos estudantes, a flexibilização do currículo que acaba impossibilitando a concretização das políticas públicas que foram criadas a fim de atender os alunos com deficiência, a formação de professores capacitados para trabalhar com a diversidade e a inclusão, e as discussões com os demais alunos que não possuem deficiência para que todos compreendam e aprendam a respeitar as diferenças. Todos esses elementos elencados no levantamento apontam para uma exclusão e marginalização dos sujeitos com deficiência, marcando sua trajetória acadêmica pelo fracasso e pelo preconceito.

Mesmo com todos esses problemas os artigos aqui apresentados também apresentam elementos que podem colaborar para a inclusão desses indivíduos, tais como: práticas realistas e condizentes com as especificidades de cada estudante, flexibilização do currículo, o auxílio de professores especializados, bem como o diálogo desses docentes com o professor de sala comum e o uso de novas metodologias. Esses aspectos são necessários para a construção de uma escola inclusiva e acessível para todos.

As reflexões de Comenius, centradas na defesa de uma educação para todos, e de Bourdieu, ao explicitar como a violência simbólica se manifesta nas instituições escolares, ajudam a compreender os desafios atuais da inclusão. Os estudos analisados revelam que práticas descontextualizadas, currículos pouco sensíveis à diversidade e mecanismos sutis de exclusão ainda marcam a trajetória de estudantes com deficiência. Nesse cenário, torna-se evidente que a formação e a qualificação docente assumem papel central: é por meio delas que professores podem desenvolver práticas pedagógicas coerentes com a realidade dos alunos, reconhecer e enfrentar formas simbólicas de dominação e construir ambientes efetivamente inclusivos. Assim, os resultados reforçam que superar obstáculos históricos exige investir de forma consistente na preparação dos profissionais que atuam nas escolas, condição indispensável para transformar princípios de inclusão em ações concretas.



Referências

- BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1977.
- BOURDIEU, P. (1989), **O poder simbólico**. Lisboa: Difel.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. 10. ed. Rios de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007.
- CÂNDIDO, G. V. *et al.* Uma breve reflexão sobre a educação inclusiva contemporânea à luz da didática magna de Comenius. **Revista Plurais - Virtual**, Anápolis, v. 12, n. 2022007, p. 1-17, jan. 2022. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/21895/4/Artigo%20-%20G1%C3%A1lucia%20Vieira%20C%C3%A2ndido%20-%202022.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2023.
- CAMARGO, E. P. de. **Saberes docentes para a inclusão do aluno com deficiência visual em aulas de física**. São Paulo: Editora Unesp, 2012. 278 p.
- CAMARGO, E. P. Inclusão social, educação inclusiva e educação especial: enlases e desenlases. **Ciência & Educação** (Bauru), [S.L.], v. 23, n. 1, p. 1-6, mar. 2017. FapUNIFESP (SciELO). <http://dx.doi.org/10.1590/1516-731320170010001>.
- GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. 220 p.
- IBGE. **Pesquisa Nacional de Saúde**. 2013. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv94522.pdf>. Acesso em: 24 maio. 2023.
- JUBÉ M.O.M.R; CAVALCANTI C.V; CASTRO C.M.J. I COLÓQUIO ESTADUAL DE PESQUISA MULTIDISCIPLINAR, 1., 2016, Mineiros. **Violência simbólica para Pierre Bourdieu: a relação com escola contemporânea**. Mineiros: Unifimes, 2016.
- MANTOAN, M. T. E. **Inclusão escolar o que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003. 51 p.
- MINAYO, M. C. S. (Org.). **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MITTLER, P. J. **Educação inclusiva: contextos sociais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.
- O GLOBO. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/brasil/direitos-humanos/quase-70-das-pessoas-com-deficiencia-no-brasil-nao-concluíram-ensino-fundamental-apesas-5-terminaram-faculdade-25170593>>.
- SANTOS, M. B. DOS. **OS OUTROS SOMOS NÓS: cordel e elaboração de livro paradidático de química para pessoas com deficiência visual**. 2021. 129 p. Dissertação (Mestrado em Educação em Ciências e Matemática) - Universidade Federal de São Carlos - UFSCar, [S. 1]. 2021.
- SASSAKI, R. K. **Inclusão: construindo uma sociedade para todos**. 5. ed. Rio de Janeiro: WVA, 1999.
- SILVA, L. F. da; OLIVEIRA, L. de. O Papel da Violência Simbólica na Sociedade por Pierre Bourdieu. **Revista Fsa**, [S.L.], v. 14, n. 3, p. 160-174, maio 2017.



De Comenius à Bourdieu:
processos de marginalização e de exclusão de estudantes na escola como violência simbólica

SILVA, L. F. da; OLIVEIRA, L. de. O papel da violência simbólica na sociedade a partir de Pierre Bourdieu. **Revista da Faculdade Santo Agostinho**, Teresina, v. 14, n. 3, maio/jun. 2017.

RODRIGUES A.J. Contextos de aprendizagem e integração/inclusão de alunos com necessidades educativas especiais. In: **Educação especial. Do querer ao fazer**. Campinas: Amercamp; 2003. p.13-26.

